



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**URUGUAIANA**  
LEGISLATIVO ATUANTE. DEMOCRACIA PORTALECIDA

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

DOCUMENTO: **Projeto de Lei Ordinária nº 016/2025 – protocolo nº 121/25**  
PROCEDÊNCIA: **Vereadora Manoela Couto**  
ASSUNTO: **Acrescenta os incisos XXIV e XXV ao Art. 3º da Lei n.º 3.561 de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Uruguaiana.**  
RELATOR: **Vereador Anderson Cuco**

### RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 016/25, de autoria da Vereadora Manoela Couto, protocolado nesta Casa sob o nº **121/25**, que *acrescenta os incisos XXIV e XXV ao Art. 3º da Lei n.º 3.561 de 29 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Uruguaiana.*

Importa destacar que a iniciativa para deflagrar o processo legislativo pertence a Vereador nos termos do § 1º art. 66 da Lei Orgânica.

### PARECER

Após análise detalhada do Projeto de Lei nº 016/2025, que propõe a inclusão dos incisos XXIV e XXV no Art. 3º da Lei nº 3.561/2005, para expandir as competências do Conselho Municipal de Uruguaiana, manifestei-me favoravelmente a esta proposta, por entender que as alterações sugeridas promovem avanços importantes para a gestão das políticas públicas voltadas ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município.

#### 1. Relevância das Novas Atribuições para o Conselho Municipal

A proposta de incluir a avaliação periódica da eficácia das políticas públicas estabelecidas pela Lei Municipal de Política de Atendimento para Pessoas com TEA é uma medida fundamental para garantir que os serviços prestados atendam efetivamente às necessidades da população. A criação de um mecanismo de avaliação contínua assegura que as políticas públicas não se tornem estáticas, sendo constantemente reavaliadas para se adequar às mudanças nas demandas da sociedade, o que é essencial para o progresso e o aprimoramento das ações de inclusão.



## **2. Transparência e Prestação de Contas à Sociedade**

A obrigação de elaborar e encaminhar um relatório anual à Câmara Municipal sobre a implementação das políticas e seus resultados representa um passo importante em termos de transparência e controle social. Ao proporcionar um mecanismo claro para a prestação de contas, o projeto de lei fortalece o papel do Conselho Municipal como órgão responsável por monitorar a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com TEA, permitindo que a sociedade tenha acesso a informações detalhadas sobre os avanços, os desafios e as recomendações para melhorias. Isso contribui para o fortalecimento da democracia e da participação popular no processo de decisão.

## **3. Fortalecimento da Governança e da Melhoria Contínua das Políticas Públicas**

A inclusão dessas novas competências no Conselho Municipal possibilitará um controle mais rigoroso e abrangente sobre a eficácia das políticas públicas relacionadas ao TEA. Além disso, a elaboração de relatórios anuais pode servir como um valioso instrumento para identificar as falhas e os pontos de melhoria nas políticas de atendimento, o que facilitará a implementação de soluções mais adequadas e eficientes. Este ciclo de monitoramento e avaliação contínuos promove uma governança mais eficiente e responsável.

## **4. Alinhamento com as Boas Práticas de Gestão Pública**

O projeto de lei está alinhado com as boas práticas de gestão pública, que preveem a constante análise e reavaliação das políticas públicas para garantir que estas atendam adequadamente às necessidades da população. A inclusão da avaliação periódica e dos relatórios anuais contribui para a implementação de um ciclo de gestão mais eficaz, que visa a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos, em conformidade com os princípios da administração pública, como eficiência, transparência e responsabilidade. ✓



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**URUGUAIANA**  
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA

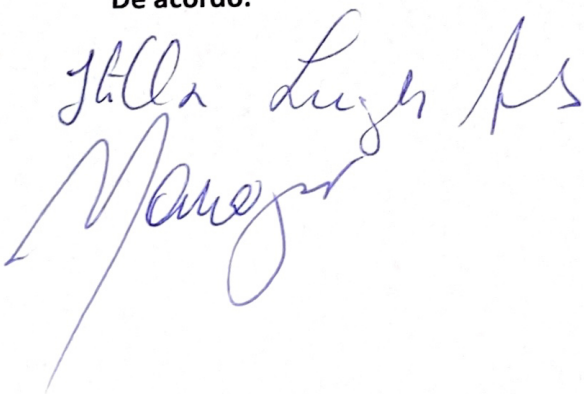
O Projeto de Lei nº 016/2025 propõe medidas que fortalecem a gestão das políticas públicas para o atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com ênfase na avaliação contínua e na prestação de contas. Estas ações são fundamentais para garantir a implementação de políticas públicas de alta qualidade, com foco nas reais necessidades da população e no aprimoramento constante dos serviços prestados.

Diante do exposto o nosso parecer é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei em questão com as alterações propostas.

Sala das Comissões, em 05 de março de 2025.

  
Vereador Anderson Cuco  
**Relator**

**De acordo:**

  
Stella Lúcia Ps  
Manager

**Contrário:**